



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PARECER

PROJETO DE LEI N. 469/2019

PROPONENTE: Deputado SAULLO VIANNA

RELATOR: Deputado RICARDO NICOLAU

DISPÕE sobre autorizar o Poder Executivo a compensar financeiramente os Municípios que preservarem o meio ambiente e fixa outras providências.

I – RELATÓRIO

De autoria do Excelentíssimo Deputado Saullo Vianna, o Projeto de Lei 469/2019, autoriza o Poder Executivo a compensar financeiramente os Municípios que preservarem o meio ambiente e fixa outras providências.

A propositura em comento foi incluída em Pauta nas reuniões ordinárias dos dias 08, 13 e 14 de agosto do ano de 2019.

O PL tramitou na Comissão de Constituição e Justiça e Redação, a qual se manifestou favorável em sua integralidade.

Nesta oportunidade, o projeto vem a Comissão de Assuntos Econômicos, cabendo a mim a relatoria do referido PL.

II – FUNDAMENTAÇÃO

O Projeto de Lei em comento é uma ferramenta a mais de efetividade ao princípio constitucional à proteção do meio ambiente expresso na Magna Carta.

Vejamos:

Av. Mário Ypiranga Monteiro, 3950, Parque Dez - Manaus/AM - Fone: (92)

DOCUMENTO DIGITAL Nº 2021.10000.00000.9.014024:



www.ricardonicolau.com.br



@deputadoricardonicolau



@ricardonicolau



deputado

SAULLO VELAME VIANNA - EM 05/05/2021 12:11:12

LUIS RICARDO SALDANHA NICOLAU - EM 10/05/2021 12:41:41

ANGELUS CRUZ FIGUEIRA - EM 25/08/2021 07:18:01

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO : CB743BD6000650D5 . CONSULTE EM <http://aleam.ikhon.com.br/verificador>





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

“Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.” (g.n)”

De fato, compete ao Estado adotar condições, através de meios físicos ou de legislação estadual, para assegurar o efetivo respeito ao princípio constitucional explícito referente à proteção do meio ambiente.

Ademais em sua justificativa, o Eminentíssimo Parlamentar aduz que, se adotada a medida, permitirá aos Municípios, que conservarem em condições ideais seu meio ambiente, receberem uma compensação financeira, visando assim o estímulo a conservação.

Quanto à competência de iniciativa, é competente o Poder Legislativo para propositura da demanda, visto que o Projeto Lei em questão não dispõe sobre matérias de iniciativa privativa previstas no artigo 33, § 1º da Constituição do Estado do Amazonas.

- Análise de adequação da propositura às Leis Orçamentárias Estaduais

O presente Projeto de Lei autoriza a compensação financeira, contudo as decisões dos valores, dessas compensações, e o que será exigido para se ter direito à referida compensação, dependerão exclusivamente da decisão do Executivo.

Posto isso, pontua-se que a demanda no momento não possui impacto financeiro, pois apenas autoriza o Executivo, somente com a instituição de valores, será possível verificar se há consonância com a Lei Orçamentária para o ano, e consequentemente, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Plano Plurianual.

Posto isso, declaro que a propositura possui viabilidade formal e material para prosseguir nos moldes do Regimento Interno desta Casa e das demais legislações vigentes.

Av. Mário Ypiranga Monteiro, 3950, Parque Dez - Manaus/AM - Fone: (92) 3666-1234

DOCUMENTO DIGITAL Nº 2021.10000.00000.9.014024:

www.ricardonicolau.com.br



@deputadoricardonicolau



@ricardonicolau



SAULLO VELAME VIANNA - EM 05/05/2021 12:11:12

LUIS RICARDO SALDANHA NICOLAU - EM 10/05/2021 12:41:41

ANGELUS CRUZ FIGUEIRA - EM 25/08/2021 07:18:01

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO : CB743BD6000650D5 . CONSULTE EM <http://aleam.ikhon.com.br/verificador>





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

III- VOTO

Ante o exposto, em vista do que me compete analisar, manifesto-me **FAVORÁVEL** à aprovação do Projeto de Lei 469 de 2019.

S.R VIRTUAL DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, em Manaus, 04 de abril de 2020.

DEPUTADO RICARDO NICOLAU

Relator

